

COLEÇÃO FLORESTAS PÚBLICAS E CONCESSÕES FLORESTAIS  
NO BRASIL: O QUE VOCÊ PRECISA SABER

Volume I

# GUIA PRÁTICO SOBRE GESTÃO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NAS FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Autores:

Tayane Costa Carvalho

Cristina Alves Galvão

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade



COLEÇÃO FLORESTAS PÚBLICAS E CONCESSÕES FLORESTAIS  
NO BRASIL: O QUE VOCÊ PRECISA SABER

**Volume I**

# **GUIA PRÁTICO SOBRE GESTÃO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NAS FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS**



Piracicaba-SP  
2026

## Ficha técnica

### Realização

Imaflora

### Apoio

UK Pact

### Parceria

Systemiq

Serviço Florestal Brasileiro

### Redação

Tayane Costa Carvalho – Analista de Projetos do Imaflora

Cristina Galvão Alves – Coordenadora de gestão de contratos de concessão florestal do Serviço Florestal Brasileiro

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade – Analista Ambiental do Serviço Florestal Brasileiro

### Coordenação editorial

Elias Serejo – Jornalista SRTE – Pa/2258

Realização



Apoio



Parceria



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA



## Ficha Catalográfica

Guia prático sobre gestão e produção sustentável nas florestas públicas federais brasileiras. Tayane Costa Carvalho; Cristina Galvão Alves; Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade. 1ª Ed. Piracicaba, SP: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora, 2026, 13 p. (Coleção Florestas Públicas e Concessões Florestais no Brasil: o que você precisa saber; Volume I)

ISBN: 978-65-86902-27-3

1. Floresta. 2. Concessão florestal. 3. Gestão. 4. Sustentabilidade.

## APRESENTAÇÃO

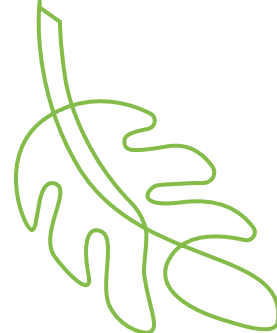
Falar de concessões florestais é falar de futuro. Em um país que abriga uma das maiores extensões de florestas públicas do mundo, discutir formas de proteger esses territórios e, ao mesmo tempo, promover usos sustentáveis de seus recursos é parte central dos desafios ambientais, econômicos e sociais do nosso tempo. Nesse cenário, as concessões florestais vêm ganhando relevância como uma estratégia capaz de combinar conservação, legalidade, geração de renda e presença do Estado em áreas estratégicas.

Esta publicação nasce com o propósito de tornar o tema compreensível e acessível. Ao longo das próximas páginas, o leitor encontrará um panorama sobre o que são as florestas públicas, como funciona o modelo de concessão florestal e por que ele tem ocupado um espaço cada vez mais importante no debate sobre desenvolvimento sustentável no Brasil.

O conteúdo também busca qualificar o debate sobre as concessões florestais, oferecendo subsídios a diferentes públicos interessados. Em um contexto de crescente pressão sobre as florestas e de urgência climática, compreender os instrumentos de gestão das florestas públicas é ampliar a capacidade de formular soluções consistentes para sua proteção e uso sustentável.

Fortalecer as concessões florestais também envolve ampliar o entendimento sobre seu funcionamento, seus desafios, seus benefícios e seu potencial para contribuir com a conservação da biodiversidade, o ordenamento territorial, a valorização da economia florestal e a promoção de cadeias produtivas mais sustentáveis. Nesse sentido, busca aproximar o tema de um público amplo, preservando a complexidade da agenda.

A iniciativa integra esforços voltados ao fortalecimento da agenda de concessões florestais no país, por meio da produção e disseminação de conhecimento e do apoio à formulação e implementação de estratégias inovadoras, ampliando a visibilidade do papel das florestas públicas na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e alinhado aos desafios atuais.



# 1

## O QUE SÃO AS FLORESTAS PÚBLICAS?

As florestas públicas são áreas geridas pela União, estados ou municípios, localizadas nos diversos biomas brasileiros, e destinadas à conservação, ao uso sustentável e à geração de benefícios ambientais, econômicos e sociais. São áreas essenciais para a regulação do clima, a conservação da biodiversidade e a manutenção de recursos naturais.

Existem diversos tipos de florestas públicas, categorizadas conforme sua finalidade, como Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs), assentamentos rurais, áreas militares, glebas públicas e terras devolutas. As glebas públicas, em particular, são áreas registradas pelo governo que ainda não receberam destinação específica; quando recobertas por florestas, são denominadas Florestas Públicas Não Destinadas (FPND).

O marco legal que estabelece as regras para a gestão, concessão e uso sustentável das florestas públicas no Brasil é a Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), publicada em 2006, que também criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O órgão é responsável pela gestão dessas florestas, pela promoção do uso sustentável, pelo monitoramento dos recursos florestais e pela implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), atuando com foco na bioeconomia, nas concessões florestais e no Inventário Florestal Nacional (IFN).

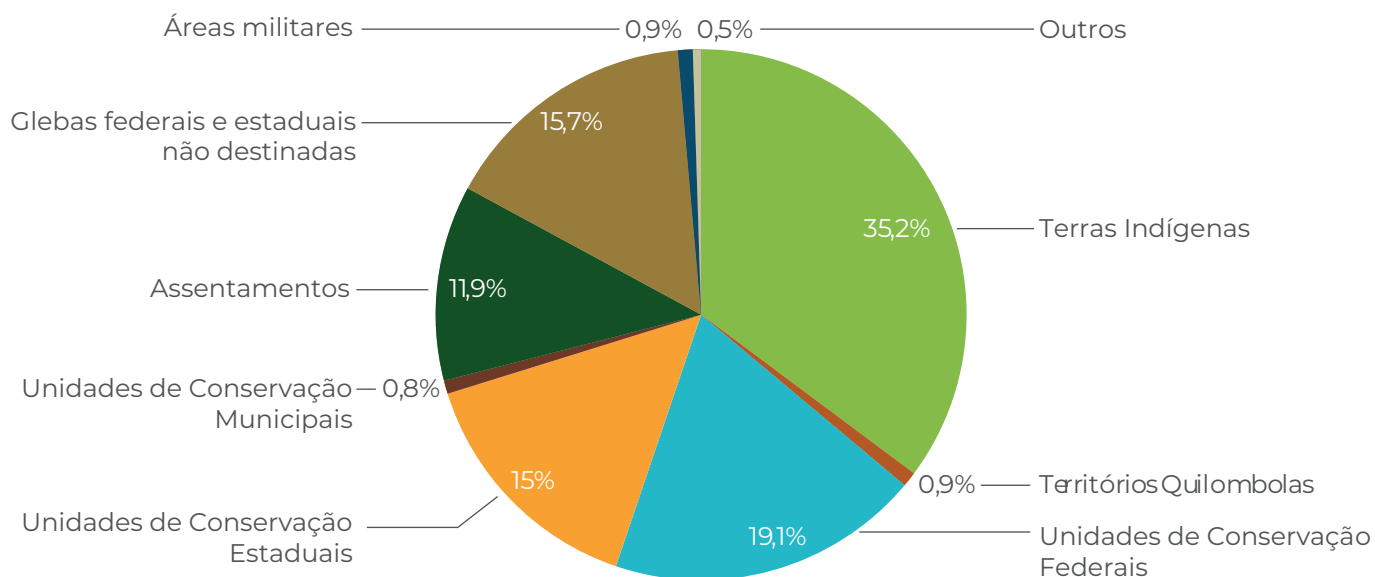
### Fatos importantes:

As florestas públicas cobrem cerca de 39,3% do território brasileiro (334,1 milhões de hectares).

As Florestas Públicas Destinadas correspondem a aproximadamente 84,3% do total de áreas de florestas cadastradas no país, enquanto as Florestas Públicas Não Destinadas representam cerca de 15,7%.

A Amazônia concentra 87,2% das florestas públicas do Brasil.

**Figura 1:** Distribuição das Florestas Públicas brasileiras



Fonte: <https://www.gov.br/florestal/pt-br/assuntos/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/cadastro-nacional-de-florestas-publicas-atualizacao-2024>

# 2

## O QUE SÃO AS CONCESSÕES FLORESTAIS?

As concessões florestais são o instrumento pelo qual o governo delega à iniciativa privada o direito de realizar a restauração florestal ou o manejo florestal sustentável, nesse caso abrangendo a exploração de produtos madeireiros e não madeireiros, ou outros serviços.

As concessões florestais para manejo florestal podem ser realizadas nas Florestas Nacionais (FLONAs), que é uma categoria de Unidades de Conservação de uso sustentável, ou em porções de glebas públicas que tenham sido especificamente destinadas à implementação das concessões florestais.

A seleção da empresa e o direito de executar as atividades previstas nas concessões florestais são definidos por meio de um processo de concorrência, com responsabilidades, obrigações, atividades e serviços claramente estabelecidos em contratos que podem ter vigência de até 40 anos.

Cada área concedida pode ser denominada de Unidade de Manejo Florestal (UMF), ou apenas Unidade de Manejo (UM) para os casos em que a finalidade da concessão é somente a restauração florestal. As atividades de manejo florestal realizadas nas UMFs devem seguir as técnicas exploratórias de impacto reduzido. Tanto a extração da madeira, como de produtos não madeireiros e de outros serviços acontecem com a manutenção da floresta em pé e a conservação de solos, rios, igarapés e dos habitats dos animais. No caso da madeira, de 4 a 6 árvores são retiradas em uma mesma área e existe um planejamento da produção e do transporte para que ocorra o menor impacto ambiental possível. Além disso, uma área só será explorada novamente 25 a 30 anos depois, garantindo o tempo necessário para a recuperação da floresta manejada.



## Características principais do manejo florestal sustentável

- **Práticas de impacto reduzido:** as técnicas empregadas minimizam os danos em todo o ecossistema florestal durante a exploração.
- **Extração controlada de recursos:** na retirada de madeira, por exemplo, são extraídas uma média de cinco árvores por hectare, mantendo a cobertura florestal e permitindo a regeneração natural nas porções onde estas árvores foram extraídas.
- **Conservação ambiental:** são mantidos os solos, rios, igarapés e habitats de animais, garantindo o equilíbrio dos ecossistemas.
- **Rotatividade de áreas:** cada área só pode ser explorada novamente após um intervalo mínimo de 25 anos, assegurando o tempo necessário para a recuperação natural da floresta.
- **Planejamento rigoroso:** todas as atividades de produção e transporte são planejadas para minimizar impactos ambientais.

Em contrapartida ao direito de manejar a área, os concessionários florestais devem efetuar pagamentos periódicos ao governo, que são proporcionais à produção realizada nas áreas concedidas, conforme os valores estabelecidos em contrato.

Atualmente, o Serviço Florestal Brasileiro faz a gestão de 27 contratos de concessão, em 11 Florestas Nacionais na região norte e sul do Brasil. A meta é alcançar 5 milhões de hectares de área total de florestas sob concessão no Brasil até 2027.

# 3

## BENEFÍCIOS DAS CONCESSÕES FLORESTAIS



### ECONÔMICOS

- Incrementa a oferta de emprego e renda para população local.
- A produção legal de madeira, com origem e qualidade, valoriza o produto, ampliando mercados e impulsionando a geração de renda, empregos e arrecadação.
- Pagamentos periódicos ao governo, que são distribuídos aos estados e municípios onde as concessões estão.



### SOCIAIS

- Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços públicos.
- Capacitação e qualificação profissional.
- Geração de empregos locais (diretos e indiretos) com maior formalização do trabalho.



### AMBIENTAIS

- Redução do desmatamento e degradação florestal.
- Utilização dos recursos florestais mantendo conservada a biodiversidade, os solos e os recursos hídricos.

## COMO FUNCIONA O PROCESSO DE CONCESSÃO?



### **1. Publicação do Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF):**

Define quais áreas podem ser concedidas

**2. Estudos técnicos:** Avaliação da floresta, mercado e infraestrutura.

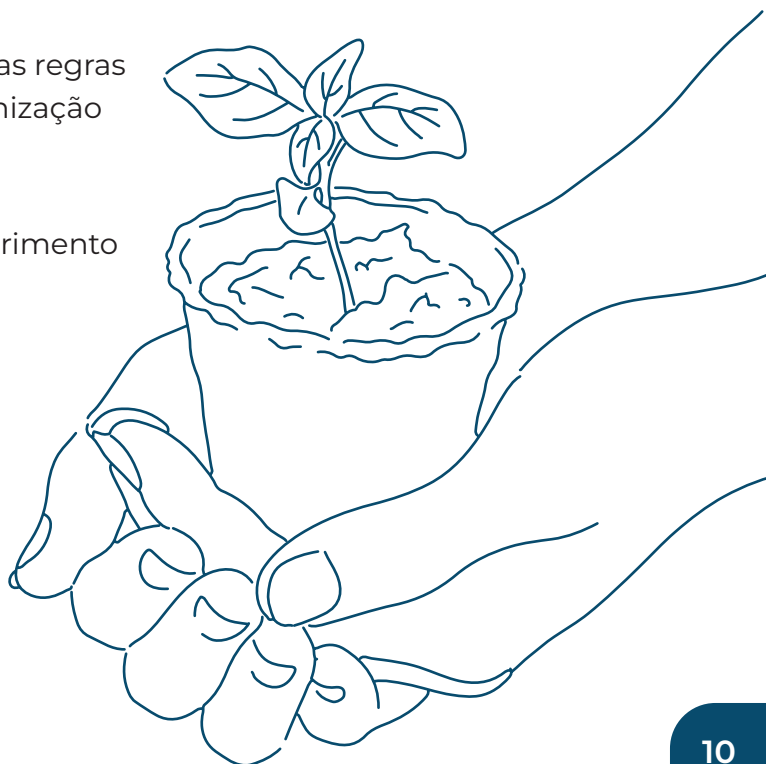
**3. Consulta pública:** Apresentação da proposta de uma determinada concessão à sociedade, que pode trazer contribuições, críticas e sugestões.

**4. Licitação:** publicação do edital de licitação, documento que formaliza e orienta todo o processo — da abertura à seleção da empresa vencedora — e reúne as todas informações sobre a área a ser concessionada.

**5. Concorrência pública:** Empresas e organizações apresentam propostas.

**6. Assinatura do contrato:** firma acordo sobre as regras da concessão florestal com a empresa ou organização selecionada.

**7. Monitoramento:** Serviço Florestal Brasileiro acompanha e monitora as atividades e o cumprimento das regras do contrato.



1

**Planejamento:** elaboração e publicação do PPAOF.

**Estruturação de editais de concessão:** realização de estudos técnicos e modelagem econômica e jurídica.

2

3

**Consulta pública:** realização de audiências públicas com a sociedade, consultas a povos tradicionais e populações locais do entorno da área a ser concessionada, além de reuniões técnicas com setores interessados.

**Licitação:** processo licitatório até a assinatura do contrato.

4

5

**Gestão administrativa e financeira do contrato de concessão:** acompanhamento, verificação e controle do cumprimento das obrigações contratuais firmadas com a concessionária, garantindo o respeito às regras ao longo de toda a vigência da concessão.

**Monitoramento:** uso de ferramentas informatizadas com visitas de campo para garantir que os compromissos firmados estão sendo cumpridos e atendem aos indicadores de desempenho propostos.

6

7

**Repasse de recursos aos entes beneficiários:** Serviço Florestal Brasileiro distribui os recursos arrecadados pela produção florestal ao ICMBio, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e aos estados e municípios onde estão localizadas as concessões.

## MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES

# 5

O Serviço Florestal Brasileiro, como gestor das concessões federais, é responsável pelo monitoramento das atividades propostas e obrigações contratuais assumidas pelo concessionário, de forma a garantir a sustentabilidade das florestas e gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais.

O Serviço Florestal Brasileiro usa para o monitoramento das concessões florestais federais:

- Sistemas de controle da produção e rastreamento da madeira extraída, sobrevoos e imagens de satélite por meio de drones e ferramentas de sensoriamento remoto;
- Validação detalhada, em campo, da implementação e condução de todas as atividades das concessões florestais;
- Avaliação, por meio de parcelas experimentais, da dinâmica florestal e de possíveis impactos à biodiversidade; e
- Avaliação dos impactos das concessões florestais em relação aos aspectos ambientais, sociais e econômicos nas áreas de influência da concessão.
- Realização de Auditoria Florestal Independente (AFI), mecanismo de verificação externa e imparcial que avalia se a concessionária está cumprindo as obrigações contratuais e as normas legais aplicáveis ao manejo florestal sustentável.



## ACESSE OS PORTAIS OFICIAIS DO SFB

 [gov.br/florestal](http://gov.br/florestal)

 [portaltransparencia.gov.br](http://portaltransparencia.gov.br)

 [@sfbflorestal](https://www.instagram.com/sfbflorestal)

 [servico-florestal-brasileiro](https://www.linkedin.com/company/servico-florestal-brasileiro)

## SAIBA MAIS SOBRE O IMAFLORA:

 [imaflora.org/noticias](http://imaflora.org/noticias)

 [instagram.com/imaflorabrasil](https://www.instagram.com/imaflorabrasil)

 [youtube.com/imaflora](https://www.youtube.com/imaflora)

 [linkedin.com/in/imaflora](https://www.linkedin.com/in/imaflora)

Estrada Chico Mendes, 185  
Piracicaba-SP, Brasil  
Tel: +55 19 3052 8200  
[imaflora@imaflora.org](mailto:imaflora@imaflora.org)

